

ÍNDICE DO ANO 150.º (2018)

150 anos de *O Direito*

MEMÓRIA D'O DIREITO

Nos 150 anos de *O Direito*. 675

PAULO CANCELA DE ABREU

Introdução à Antologia de Estudos Jurídicos Publicados nas Suas Páginas. 677

Três quartos de Século 683

ERIDANO DE ABREU

Os últimos cinquenta anos da revista O Direito (Alguns subsídios para a sua história) 693

LUÍS BIGOTTE CHORÃO

Páginas para a história d'O Direito (1968-2018) – Parte primeira 745

ANA MARIA MARTINHO

O Direito: tópicos de uma análise bibliométrica 775

RELENDO O DIREITO

MARCELLO CAETANO

Em torno do conceito de expropriação por utilidade pública 797

MIGUEL GALVÃO TELES

A concentração da competência para o conhecimento jurisdicional da inconstitucionalidade das leis 823

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO <i>A decisão segundo a equidade.</i>	851
INOCÊNCIO GALVÃO TELLES <i>Das condições gerais dos contratos e da directiva europeia sobre as cláusulas abusivas . . .</i>	869
MÁRIO EMÍLIO BIGOTTE CHORÃO <i>Concepção realista da personalidade jurídica e estatuto do nascituro.</i>	895
JORGE MIRANDA <i>A “Constituição Europeia” e a ordem jurídica portuguesa</i>	923
DOCTRINA	
JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES <i>“Equity swaps” e titularidade de participações sociais</i>	9
JOÃO ZENHA MARTINS <i>O Código Civil e as transformações do Direito de família</i>	25
FRANCISCO AGUILAR <i>A ideia de Direito e a ideia de Deus</i>	55
RUI MARQUES <i>Subsídios para uma compreensão histórico-jurídica da presença dos Mouros em Portugal</i>	73
TATIANA BONATTI PERES <i>Meios de prova e a carta psicografada: prova baseada em crença e a liberdade religiosa . . .</i>	85
RÚBEN RAMIÃO <i>O que é uma Norma Jurídica?</i>	109
JOÃO TORNADA <i>Liberdade de expressão ou “liberdade de ofender”? – o conflito entre a liberdade de expressão e de informação e o direito à honra e ao bom nome</i>	119
RUI VASCONCELOS PINTO <i>A tutela delitual dos danos patrimoniais reflexos</i>	157

J. A. MOUTEIRA GUERREIRO	
<i>Cadastro e Registo são instituições complementares, não duplicadas nem concorrentes . . .</i>	227
ALBERT AUGUST WALTER VAN DRUNEN / HÉLIO SILVIO OURÉM CAMPOS	
<i>ITBI: a afirmação do princípio da capacidade contributiva</i>	247
PEDRO FERREIRA DE SOUSA / FÁBIO NAVE MOREIRA	
<i>A compensação pecuniária global e a sua tributação. Considerações sobre os regimes laboral, fiscal e contributivo</i>	273
JOÃO NUNO BARROS	
<i>Financiamento e governação societária: credor controlador, covenants e deveres de lealdade</i>	283
JOSÉ JOAQUIM MARQUES DE ALMEIDA / BRUNO JOSÉ MACHADO DE ALMEIDA	
<i>As responsabilidades dos auditores nos EUA: uma perspetiva económica e jurídico-histórica</i>	317
RUI VASCONCELOS PINTO	
<i>A tutela delitual dos danos patrimoniais reflexos. Parte II: os danos puramente patrimoniais e os limites da tutela delitual.</i>	361
MONIQUE MOSCA GONÇALVES	
<i>Bem-estar e produção animal no Direito europeu: estágio atual e novas perspectivas. . . .</i>	401
JORGE MIRANDA	
<i>A formação do Tribunal Constitucional</i>	455
FRANCISCO AGUILAR	
<i>Nos 75 anos do Weiße Rose (1942-43): In memoriam dos seus mártires</i>	473
AFONSO COSTA	
<i>Contributo para a autonomia orgânico-administrativa da Polícia Judiciária</i>	505
FREDERICO MACHADO SIMÕES	
<i>Quebra do segredo bancário na investigação da criminalidade organizada.</i>	543
PEDRO DE ALMEIDA CABRAL	
<i>Impossibilidade e insegurança na realização da prestação na consignação em depósito . . .</i>	563
MARIANA ABREU BARREIRO	
<i>Inconstitucionalidade ad aeternum? Reflexão sobre a provisoriedade do juízo de inconstitucionalidade.</i>	609

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

EFIGÊNIA MARABUTO TAVARES

Acórdão do Tribunal de Justiça C-343/13 – uma breve análise 203

ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA/DANIELA MIRANTE

A arbitragem voluntária em matéria laboral: o fim da competência das comissões arbitrais paritárias. Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 06-11-2017 . . . 635

RECENSÕES

RÚBEN RAMIÃO

A Brief Commentary on Prof. Kevin Toh's Presentation: "Fictions in Law and Science" 651

POLÍTICA E ÉTICA EDITORIAIS

Critérios de Publicação n'º Direito

1. A publicação de textos na revista *O Direito* depende de parecer prévio favorável da Comissão de Revisão, para verificação do cumprimento dos correspondentes critérios de publicação.

2. Os artigos a publicar n'º *O Direito* devem:

- (i) Cumprir os critérios de elevada qualidade científica, incluindo rigor, clareza e fundamentação científica, fixados no Estatuto Editorial da Revista;
- (ii) Ser inéditos;
- (iii) Cumprir o limite de 90.000 caracteres (cerca de 30 páginas), incluindo espaços e notas de rodapé;
- (iv) Incluir os nomes dos autores no corpo do texto em caracteres normais e os referidos em notas de pé-de-página em versaletes;
- (v) Incluir os títulos de monografias, obras coletivas e revistas em itálico e os de textos inseridos em revistas e em obras coletivas entre aspas, em caracteres normais;
- (vi) Incluir resumos em português e em inglês, com 500 caracteres cada.

3. Os textos a incluir na secção “Breves Comentários”, incluindo breves anotações de jurisprudência e resenhas devem cumprir os critérios definidos para os artigos, salvo quanto ao limite de caracteres, que é de 25.000, e à extensão dos resumos, de 150 caracteres cada.

4. Os textos devem ser submetidos em versão final. Só há umas provas antes da publicação, na qual se admitem correções de galhas, mas não a introdução de texto novo.

